

Hannah Arendt e o casamento igualitário

A luta pelos direitos LGBT na Argentina

A aprovação da Lei do Casamento Igualitário, no dia 15 de julho de 2010, constituiu um ponto de inflexão nas lutas pelos direitos das chamadas «minorias sexuais». Somou-se à abertura ideológica do governo de Cristina Fernández de Kirchner uma estratégia definida que fez da demanda «inegociável» do casamento o eixo da luta das organizações LGBT. Esse caminho modificou discursos e formas de ação e gerou um amplo apoio social (político, cultural e midiático). Nesse sentido, não se tratou apenas da lei, mas de um processo prévio que conseguiu fazer com que a discriminação por motivos de orientação sexual se tornasse politicamente incorreta.

BRUNO BIMBI

Desde que a Lei do Casamento Igualitário foi aprovada na Argentina e publiquei o livro *Matrimonio igualitario*¹, contando como nós conseguimos – porque hoje parece um direito quase óbvio, mas há sete anos, quando lançamos a campanha para conquistá-lo, parecia impossível, quase uma

Bruno Bimbi: jornalista, mestre em Letras e doutorando em Estudos da Linguagem na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). É autor de *Matrimonio igualitario* (Planeta, Buenos Aires, 2010) e ex-secretário de Imprensa e Relações Institucionais da Federação Argentina de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Trans (FALGBT). Foi um dos responsáveis políticos pela estratégia que levou à conquista do casamento igualitário na Argentina. Atualmente, trabalha no canal argentino Todo Noticias, coordena a campanha pelo casamento igualitário no Brasil, é coordenador de gabinete do deputado Jean Wyllys e integra a executiva estadual do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) do estado do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: casamento igualitário, homofobia, LGBT, Hannah Arendt, Cristina Fernández de Kirchner, Argentina.

Nota: Tradução de Celina Lagrutta. A versão original deste artigo em espanhol foi publicada em *Nueva Sociedad* N° 251, 5-6/2014, disponível em <www.nuso.org/upload/articulos/4032_1.pdf>.

1. Planeta, Buenos Aires, 2010 [há edição em português: *Casamento igualitário*, Garamond, Rio de Janeiro, 2013].

loucura –, começaram a me convidar para dar palestras e oficinas e para falar dessa história em diversos lugares do continente. Inclusive ajudei a organizar a campanha pelo casamento igualitário em outros países da América Latina. Há uma coisa que se repete sempre: uma das primeiras perguntas que me fazem em cada reunião, palestra ou debate é *por que o casamento*; por que essa reivindicação se transformou, em boa parte do mundo, na principal bandeira do movimento gay e, inclusive, LGBT.

Para responder a essa pergunta, gosto de relembrar um velho texto da filósofa Hannah Arendt intitulado «Reflexões sobre Little Rock»². Partindo de uma imagem, publicada nos jornais da época, que mostrava uma menina negra saindo da escola perseguida por uma turba de garotos brancos e protegida por um amigo branco de seu pai, Arendt analisa a repercussão da decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos que acabava com a segregação entre brancos e negros nas escolas e, mesmo reconhecendo sua importância e óbvia justiça, considera-a uma maneira equivocada de encarar o problema do racismo. A decisão punha fim à segregação pela força, mas os meninos e meninas «de cor» que começavam a se integrar às escolas que antes eram somente para brancos terminavam sofrendo mais violência e humilhações do que antes, sendo educados em território inimigo, rejeitados pelos outros alunos e suas famílias.

O caso dos «nove de Little Rock», que dá lugar ao título do artigo, mostra a dimensão do conflito: em 24 de setembro de 1957, o presidente Dwight D. Eisenhower teve que enviar tropas militares a essa cidade, capital do estado de Arkansas, para escoltar nove estudantes negros a fim de que eles pudessem entrar no Central High School, onde deviam estudar junto a 1.900 alunos brancos cujas famílias rechaçavam seu ingresso. Uma menina negra havia sido linchada por um grupo de brancos por tentar entrar na escola. Entre insultos e tentativas de agressão, as crianças foram escoltadas por guardacostas e a escola precisou ser rodeada por 1.000 soldados para que eles pudessem ingressar pela primeira vez. Arendt assinala que uma pesquisa realizada em outro estado, Virginia, revelava que 92% da população era contrária à integração escolar (a pesquisa não esclarece se foram entrevistados brancos e negros ou apenas brancos, e essa dúvida fala muito sobre o clima de época) e 65% estavam dispostos a abrir mão da escola pública para evitá-la³.

2. «Reflexões sobre Little Rock» em H. Arendt: *Responsabilidade e julgamento*, Companhia das Letras, São Paulo, 2003. pp. 261-281.
 3. *Ibid.*, pp. 269.



Diz Arendt:

A minha primeira pergunta foi: o que eu faria, *se* fosse uma mãe negra? Resposta: em nenhuma circunstância exporia meu filho a condições que dariam a impressão de querer forçar a sua entrada num grupo em que não era desejado. (...) Se eu fosse uma mãe negra no Sul, sentiria que a decisão da Suprema Corte, involuntária mas inevitavelmente, colocara o meu filho numa posição mais humilhante do que aquela em que ele se encontrava antes.⁴

O erro, para a filósofa, foi a reivindicação escolhida para vencer a batalha contra o racismo. A prioridade deveria ter sido outra: o casamento.

Expliquemos o contexto. Até a sentença da Corte Suprema de Justiça dos EUA no caso «Loving v. Virginia», de 12 de junho de 1967, em 16 estados norte-americanos – entre eles, Arkansas e Virginia – era ilegal que uma pessoa de pele negra se casasse com uma pessoa de pele branca. Apenas sete estados nunca haviam tido essa proibição: Minnesota, Wisconsin, Nova Iorque, Connecticut, Vermont, New Hampshire e Nova Jersey, e os primeiros a permitir esses casamentos haviam sido Pensilvânia (1780) e Massachusetts (1843). O restante foi caindo como peças de dominó, até aqueles últimos 16 que precisaram do empurrão final da Corte Suprema.

Como acontece agora em diversas partes do mundo com o casamento gay, o casamento entre negros e brancos era considerado «antinatural e imoral», e sua proibição era também justificada com fundamentos religiosos, como prova o seguinte fragmento de uma sentença que apoiou a proibição, citado pela juíza Gabriela Seijas na histórica decisão judicial que autorizou pela primeira vez um casamento civil entre dois homens na Argentina, em 2009: «Deus Todo-Poderoso criou as raças branca, negra, amarela, malaia e vermelha, e as colocou em continentes separados. O fato de que *Ele* separasse as raças demonstra que *Ele* não tinha a intenção de que as raças se misturassem» (sentença de 1966 de um tribunal de instância do estado da Virginia). Em 1998, uma carta publicada pela Universidade Bob Jones (da Carolina do Sul), de orientação cristã e conservadora, dizia que «Deus separou as pessoas por um propósito» e que «apesar de não existir verso na Bíblia que dogmaticamente estipule que as pessoas de diferentes raças não deveriam se casar entre si, todo o plano de Deus como foi por Ele desenhado para as raças ao longo do tempo indica que o casamento inter-racial não é o melhor para o homem»⁵. Sim, em 1998.

4. Ibid., p. 261-262.

5. «Letter from Bob Jones University re: Interracial Dating» em *The Multiracial Activist*, <<http://multiracial.com/site/content/view/1023>>, 31/8/1998.

A lista dos estados norte-americanos que nunca proibiram o casamento inter-racial ou que estiveram entre os primeiros a abolir a proibição se assemelha bastante à dos estados que depois foram pioneiros na legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo, como por exemplo Massachusetts, que foi o primeiro a abolir a segregação matrimonial dos homossexuais (2004) e havia sido o segundo a abolir a dos negros (1843). Segundo a pesquisa Gallup realizada em 2013, 87% dos estadunidenses aprovam hoje os casamentos entre pessoas negras e brancas (e atenção: foi só em 1991 que a maioria, por 48% a 42% segundo a Gallup, passou a aprová-los), contra apenas 4% que estavam de acordo em 1958, um dado que deveria ser levado em consideração cada vez que um político demagógico da América Latina garante que a questão do casamento igualitário deveria ser resolvida mediante uma consulta popular. Os direitos humanos das minorias não se plebiscitam (parece mentira que seja preciso explicar isso) e a história oferece lições sobre como serão lembrados e quão pouca estima receberão no futuro aqueles que se opõem a eles ■

Arendt escreveu «Reflexões sobre Little Rock» em 1958, quase dez anos antes de «Loving v. Virginia», quando os direitos matrimoniais dos negros eram tão questionados quanto hoje os direitos matrimoniais dos homossexuais. Ela sustentava então que acabar com a proibição dos casamentos inter-raciais deveria ser a prioridade da luta contra a segregação nos EUA.

6. «Em meio ao debate do projeto que legalizou o casamento entre duas pessoas do mesmo sexo, Bergoglio deu a conhecer uma carta de repúdio dirigida aos quatro mosteiros de Buenos Aires: 'Não sejam ingênuos: não se trata de uma simples luta política; é a pretensão destrutiva do plano de Deus'. Acrescentava: 'Não se trata de um mero projeto legislativo (este é apenas o instrumento), mas sim de uma jogada do pai da mentira que pretende confundir e enganar os filhos de Deus'. O cardeal foi mais longe dizendo: 'Aqui também está a inveja do Demônio, pela qual o pecado entrou no mundo, que artatamente pretende destruir a imagem de Deus: homem e mulher que recebem o mandato de crescer, multiplicar-se e dominar a terra». V. «Jorge Bergoglio, un acérrimo opositor al matrimonio igualitario y al aborto» em *La Nación*, 14/3/2013, disponível em <www.lanacion.com.ar/1562762-jorge-bergoglio-un-acerrimo-opositor-al-matrimonio-igualitario-y-al-aborto>. V. tb. B. Bimbi: op. cit., pp. 492-493.

O direito de casar com quem quiser é um direito humano elementar comparado ao qual «o direito de frequentar uma escola integrada, o direito a se sentar onde lhe apraz num ônibus, o direito de entrar em qualquer hotel, área de recreação ou lugar de diversão independentemente da pele, cor ou raça» são realmente secundários. Mesmo os direitos políticos, como o direito de votar, e quase todos os outros direitos enumerados na Constituição, são secundários em relação ao direitos humanos inalienáveis «à vida, à liberdade e à busca da felicidade» proclamados na Declaração da Independência; e a esta categoria pertence inquestionavelmente o direito ao lar e ao matrimônio.⁷

Quando a Federação Argentina LGBT (FALGBT) decidiu lançar, em 2007, uma campanha nacional pelo casamento igualitário, não foi só pela importância dos direitos materiais concretos que o casamento reconhece (herança, pensão por viuvez, pátria potestade compartilhada dos filhos, adoção conjunta, seguridade social, direitos migratórios, benefícios tributários, etc.), que sem dúvida eram importantes para a vida de milhares de pessoas, mas fundamentalmente porque estávamos convencidos de que o debate social que a

O que foi colocado na mesa não era apenas uma disputa pelo direito da gente a se casar, mas a oportunidade de produzir uma mudança radical na percepção social sobre a homossexualidade ■

possibilidade de ruptura da exclusividade heterossexual do casamento traria era fundamental para derrotar a hegemonia do discurso homofóbico. O que foi colocado na mesa não era apenas uma disputa pelo direito da gente a se casar, mas a oportunidade de produzir uma mudança radical na percepção social sobre a homossexualidade e outras diversidades de índole sexual; uma mudança cultural que também transformaria, como consequência, as relações sociais que nos colocavam num lugar pa-

recido ao dessas nove crianças negras de Little Rock. Assim, nossos casamentos são hoje, na Argentina, uma festa à qual todos comparecem.

Nesse sentido, o debate da lei foi inclusive mais importante do que a própria lei. E a estratégia política e comunicacional da Federação serviu para que assim fosse. Desde o primeiro dia, quando fomos com María e Claudia⁸ até o

7. H. Arendt: op. cit., pp. 270-271.

8. María Rachid – nesse momento, presidenta da FALGBT – e sua companheira Claudia Castro se apresentaram em 14 de fevereiro de 2007 no Registro Civil portenho para solicitar uma data para seu casamento, acompanhadas pela então presidenta do Instituto Nacional contra a Discriminação, a Xenofobia e o Racismo (Inadi, na sigla em espanhol), María José Lubertino. Diante da negativa das autoridades, o casal apresentou um recurso de amparo na Justiça Nacional no Civil de Família, patrocinado pelos advogados da FALGBT. O autor deste artigo também foi um dos autores do texto do recurso de amparo.

Registro Civil da rua Montevideo, na cidade de Buenos Aires, para que eles dissessem que não, que elas não podiam se casar, e em seguida quando levamos a questão para os tribunais, com um recurso de amparo, a fim de chegar um dia à Corte Suprema, tudo foi pensado para instalar o debate na sociedade. Escolhemos o dia (14 de fevereiro, Dia dos Namorados na Argentina), a forma de fazê-lo (teatralizando no próprio Registro Civil uma cena nunca antes pensada na Argentina, que mostrava a possibilidade do casamento entre duas mulheres), as protagonistas (não foi por acaso que as primeiras fossem duas mulheres e não dois homens, e que fossem elas, pois era preciso que se tratasse de ativistas com formação, bem preparadas para nos representar na mídia, como também não foi casual a escolha dos seguintes casais que apresentaram seus recursos de amparo). Escolhemos também ir simultaneamente à Justiça, ao Congresso e ao Poder Executivo, pressionando ao mesmo tempo os três poderes do Estado, aproveitando o contexto político que o kirchnerismo havia instalado e procurando sempre os meios de comunicação e as figuras públicas, principalmente da arte e da cultura, como aliados. Tudo tinha uma razão de ser.

O primeiro passo, no entanto, foi dado muito antes de María e Claudia saírem ao vivo, quase em rede nacional, exigindo seu direito a se casarem no Registro Civil de Buenos Aires. Antes de chegar até ali, passamos meses estudando, elaborando estratégias, organizando-nos. Analisamos como havia sido o debate em cada um dos países onde ele havia ocorrido, compilamos e classificamos todos os argumentos contrários (para isso, lemos transcrições de sessões dos Parlamentos de outros países, jornais estrangeiros, sentenças judiciais, documentos do Vaticano e de igrejas evangélicas ou de universidades católicas) e preparamos respostas claras, concisas e didáticas para cada um. Montamos um roteiro de perguntas e respostas. Treinamos para o debate que viria, porque não podíamos perdê-lo, e planejamos cada uma das ações da campanha pensando em como gerar empatia, impacto na mídia, identificação de diferentes públicos, e em mostrar que aqueles que se opunham a nossos direitos não tinham argumentos, e sim apenas ódio e preconceitos. Buscamos aliados de esquerda, centro e direita, falando com todos e explorando as contradições entre situação e oposição, e também buscamos aliados dentro das diferentes religiões e estudamos um pouco de teologia, direito, história, psicologia, linguística e tudo o que fosse necessário para ter uma resposta para cada questionamento.

Quando, finalmente, o debate pelo casamento igualitário se instalou na agenda pública, aconteceu o que tinha que acontecer, algo que provavelmente não

teria acontecido se o eixo tivesse sido outro e não o casamento (e que *não acontece* no Brasil com a criminalização da homofobia, por exemplo, tema sobre o qual voltaremos). Durante meses, os jornais falavam todos os dias sobre o assunto, os noticiários falavam sobre o assunto, os programas de rádio e televisão falavam sobre o assunto, as pessoas falavam na fila do ônibus ou do supermercado, no trabalho, na escola, no jantar em família. Casais de gays e lésbicas iam aos programas de televisão, os políticos de todas as cores eram obrigados a tomar posição, e o mesmo faziam artistas, jornalistas e outros representantes sociais. O tema apareceu até em algumas novelas (e houve casos em que nós mesmos colaboramos com os roteiristas, como conto no meu livro); era muito difícil, quase impossível, morar na Argentina e não ter posição sobre o casamento gay, que já deixara de ser «gay» para passar por uma resignificação muito importante para o debate, uma reforma que transformaria a instituição do casamento em «igualitária».

Enquanto tudo isso acontecia, milhares de gays e lésbicas de todas as idades e classes sociais saíam do armário para suas famílias, colegas de estudo e de trabalho e para seus vizinhos: ou inclusive para o país todo, indo defender

Milhares de gays e lésbicas de todas as idades e classes sociais saíam do armário para suas famílias, colegas de estudo e de trabalho e para seus vizinhos: ou inclusive para o país todo, indo defender a lei num programa de televisão ■

a lei num programa de televisão. Nunca antes tanta gente saiu do armário em tão pouco tempo – era impossível, naqueles dias, ser gay ou lésbica e ouvir na própria casa, local de trabalho ou bairro pessoas conhecidas discutindo sobre essa lei da qual todo mundo falava e ficar quieto, ou opinar sem dizer, com todas as letras, que você era gay ou lésbica – e nunca antes tanta gente (principalmente tantos jovens) começou a militar em alguma organização LGBT ou fundou uma onde não havia, sobretudo nas províncias mais clericais do país, porque finalmente havia chegado o momento de fazer história e havia uma luta relacionada com a sua identidade sexual – que talvez nunca teriam pensado em termos políticos – que os convocava e os fazia se sentir parte. Era «agora ou nunca».

finalmente havia chegado o momento de fazer história e havia uma luta relacionada com a sua identidade sexual – que talvez nunca teriam pensado em termos políticos – que os convocava e os fazia se sentir parte. Era «agora ou nunca».

Voltemos a Arendt. Quando critica a maneira em que os EUA resolveram a integração racial nas escolas na época dos «nove de Little Rock», a filósofa ressalta o conceito de «orgulho», mas o faz partindo de uma situação negativa. Aquelas crianças, obrigadas a se integrar num grupo que não as desejava,

foram feridas em seu orgulho de forma muito mais lesiva do que quando estavam segregadas porque, diz Arendt, «psicologicamente, a situação de *não ser desejado* (uma situação embaraçosa tipicamente social) é mais difícil de suportar do que a *franca perseguição* (uma situação política embaraçosa) porque o orgulho pessoal está envolvido»⁹. Esclarece que não se refere ao «orgulho de ser negro», judeu, ou o que quer que seja, mas sim ao «sentimento inato e natural de identidade com o que somos pelo acaso do nascimento». Faltavam 11 anos, quando Arendt escreveu esse artigo, para que os acontecimentos de Stonewall, em Nova Iorque, dessem nascimento ao «orgulho gay» e todas as teorizações que lhe seguiram, mas me parece interessante analisar como essa forma de combater o racismo que, como ela assinala, produzia como «efeito colateral» uma profunda lesão do orgulho daquelas crianças e suas famílias, contrasta com uma reivindicação – a do casamento – na qual a reafirmação do orgulho pessoal e familiar se coloca como elemento central e empodera milhares de gays e lésbicas que não eram ativistas, levando-os a sair do armário para poder falar e se defender em primeira pessoa quando os demais debatem sobre seus direitos, os direitos desses outros que antes não eram convidados a opinar.

O debate público da Lei do Casamento Igualitário mobilizou milhares de pessoas a favor e contra, gerou atos, passeatas, posicionamentos das principais organizações políticas e sociais, expressões de apoio de artistas e personalidades públicas, e ocupou um lugar de protagonismo no cenário político e midiático do país durante meses. Não passou inadvertido para ninguém. E muitos daqueles que nunca tinham pensado nisso, ou que tinham muitos preconceitos, formaram uma opinião que talvez nunca teriam imaginado. O silêncio era aliado do preconceito, e começamos a falar em voz alta. O que mudou na Argentina depois de tudo isso foi muito mais do que uma lei. Há uma percepção social diferente sobre a diversidade sexual. Isso não significa que não exista mais homofobia – esse processo é muito mais lento, mas ela se reduziu brutalmente e, acima de tudo, tornou-se politicamente incorreta. Os homofóbicos estão começando a se trancar no armário como antes fazíamos nós, gays, e o *sensu comum* agora está, em muitos mais âmbitos sociais, do nosso lado.

A diferença entre o modelo promovido pelo movimento LGBT brasileiro, que defende uma lei para mandar os homofóbicos para a cadeia (a «criminalização da homofobia») e o modelo adotado na Argentina e em outros países (a

9. H. Arendt: op. cit., p. 261, ênfase do original.

luta pelo casamento igualitário) é enorme: em vez de usar o Código Penal para punir os homofóbicos, optamos por convencê-los de que estavam equivocados e disputar a hegemonia desse «inconsciente coletivo» que os fazia se sentirem confortáveis em sua posição e nos condenava a abaixarmos a cabeça. E muitos deles, agora, comparecem a nossas festas de casamento, porque se convenceram de que estavam errados, e dançam, bêbados, com a tia e a avó que anos atrás votavam em Álvaro Alsogaray¹⁰. Ou, se não se convenceram, pelo menos ficam quietos, porque é mal visto ser homofóbico.

O caso do Brasil, em contraste com a Argentina, merece uma atenção especial. A criminalização da homofobia implica não só o agravamento das penas para os crimes de ódio, que é razoável num país onde mais de 300 pessoas LGBT são assassinadas a cada ano por sua sexualidade, mas também a imposição de penas de prisão para a injúria e a discriminação homofóbica. E a maioria dos ativistas – sobretudo os mais ligados ao governo homofóbico do Partido dos Trabalhadores (PT) – defende essa bandeira como a luta mais importante de suas vidas.

Na minha opinião, estão equivocados por duas razões.

Em primeiro lugar, porque em vez de escolher como eixo para disputar o lugar de lésbicas, gays, bissexuais e trans na sociedade uma pauta afirmativa, que reivindique o orgulho da nossa comunidade, que mobilize esperanças de conquista de direitos, que seja capaz de gerar empatia na população majoritariamente cisgênero e heterossexual, que possa reivindicar valores positivos como igualdade, liberdade, dignidade, respeito; em vez de tudo isso, a criminalização da homofobia encara o problema de forma inversa: é uma pauta negativa. (A campanha na Argentina se baseou na convicção de que, em última instância, qualquer pessoa, de qualquer orientação sexual, pode entender por que outros e outras querem se casar e pode se sentir identificada com um casal, mesmo que seja do mesmo sexo, duas pessoas que se amam e querem conquistar os direitos e o reconhecimento que o matrimônio oferece, porque qualquer pessoa, seja cis ou trans, seja homo ou hétero, já se apaixonou alguma vez e pensou em se casar).

Em vez de defender direitos para si, no Brasil pedem punições, castigos para outros. Eles não podem dizer, como nós dizíamos: se ganharmos, ninguém

10. Álvaro Alsogaray (1913-2005) foi uma figura histórica do liberal-conservadorismo na Argentina [N. do E.].

perde e seremos todos melhores. Num exercício retórico desonesto, mas muitas vezes efetivo, os fundamentalistas religiosos reivindicam «liberdade de opinião» e «liberdade de crença» para não serem punidos por suas condutas homofóbicas. Embora pareça mentira, eles acabam se colocando hipocritamente num lugar de vítimas perseguidas por não nos aceitarem.

Em vez de defender direitos para si, no Brasil pedem punições, castigos para outros. Eles não podem dizer, como nós dizíamos: se ganharmos, ninguém perde e seremos todos melhores ■

Em segundo lugar, combater a homofobia com o direito penal é ineficaz, inútil e equivocado. Como ativistas de direitos humanos, sabemos disso. Sabemos como funciona o sistema penal e quem é selecionado para ser punido, e sabemos que a ameaça punitiva não dissuade, porque, se fosse assim, as altíssimas penas para o homicídio fariam com que as pessoas deixassem de matar. Sabemos que no Brasil os presídios estão cheios de jovens (52% dos presos têm entre 18 e 29 anos), negros e mestiços (57%) e, no geral, pobres. E se a homofobia for criminalizada, quem irá preso por chamar o outro de «viado de merda» será quem se encaixa nesse perfil. Não irão para a cadeia os multimilionários pastores evangélicos fundamentalistas que saem na televisão, ocupam assentos no Congresso e são aliados de Dilma Rousseff, nem os bispos católicos que apregoam a homofobia em suas missas, mas sim algum jovem negro e pobre de uma favela que insultou um gay branco de classe média. Nós, como ativistas de direitos humanos que (ao menos majoritariamente dentro do movimento LGBT) nos opomos à criminalização do aborto, à criminalização do consumo de drogas, à redução da maioridade penal e a todas as palavras de ordem facilistas de «mão dura» do discurso demagógico punitivo, não podemos ser tão hipócritas de arquivar nossas convicções, de forma corporativa, quando o que está em discussão é algo que *nos* afeta.

Como digo sempre a meus amigos brasileiros: menos Hobbes e mais Gramsci!

Infelizmente, são poucos no Brasil os que têm a coragem de dizer isso e contradizer o discurso histórico do movimento, que aliás é muito conveniente para o PT, que se faz de sonso e não fala em casamento. Meu amigo e companheiro Jean Wyllys, primeiro deputado gay fora do armário no Parlamento brasileiro, defende esta posição, pela qual é atacado por líderes do movimento que, no mundo real, não são representativos. Assim, impulsiona também a campanha pelo casamento igualitário, que já conquistamos na justiça e é legal em todo o país, mas que ainda queremos incluir, com todas as letras, no

Código Civil, provocando esse debate social que uma mera decisão judicial não é suficiente para gerar.

O movimento se fecha em si mesmo e parece ignorar as mudanças de época. E isso me lembra o quanto foi difícil dizer «casamento» na Argentina, quando aqueles que tinham a marca registrada da *viadagem* (e só da *viadagem*, porque as letras L e T estavam de enfeite na sigla LGBT) fazia anos que diziam «união civil». Foi difícil, porque sabíamos logo de início (pois já tinha acontecido na Espanha, aconteceu depois em Portugal e continua acontecendo em outros países) que em algum momento a Igreja católica (*off the record*) e a direita (explicitamente) começariam a defender a união civil como um «mal menor» para impedir o casamento. E a tentação seria grande, porque as necessidades materiais dos casais que tinham muitos anos de convivência eram muitas: alguns diriam «aceitemos isto, ou vamos ficar sem nada», e os setores políticos que navegavam pelo meio, tentando ficar bem com Deus e com o Diabo, veriam na «união civil» uma saída para não se comprometerem com a discussão de fundo.

Foi preciso dizer para o governo e para a oposição (lembro de ter dito ao então ministro Aníbal Fernández, que sempre foi um de nossos aliados, numa reunião na Casa Rosada, que se o Congresso aprovasse uma lei de união civil nós a impugnariamos judicialmente e chegaríamos até a Corte Suprema para declará-la inconstitucional por ser segregacionista e discriminatória). Não havia plano B. E para que não houvesse, era necessário que estivesse claro que, como afirmei no início, não se tratava apenas de uma disputa pelo direito de nos casarmos, mas sim da oportunidade de produzir uma mudança radical na percepção social sobre a homossexualidade, ou seja, disputar valores, derrotar a hegemonia do discurso homofóbico. *O que você vê quando me vê*. E a «união civil» não servia para isso, porque embora nos reconhecesse alguns direitos civis, ou mesmo todos («todos» era improvável, e o projeto de união civil aprovado pela comissão presidida por Liliana Negre de Alonso no Senado é prova disso), continuaria traçando a fronteira entre duas classes de cidadãos: homossexuais por um lado, heterossexuais pelo outro (um dos projetos de lei, do senador da União Cívica Radical Luis Petcoff Naidenoff, fazia essa distinção de forma expressa). Seria uma versão piorada da doutrina «iguais mas separados», que serviu para que os negros tivessem que se sentar nos assentos de trás dos ônibus até que Rosa Parks disse «não». Era casamento ou nada. Outra vez: Gramsci.

E falta uma coisa. Afirmei também, no início deste artigo, que o casamento se transformou, em boa parte do mundo, na principal bandeira do movimento gay e, *inclusive*, LGBT, e esta última frase merece uma explicação.

Quando, com um pequeno grupo de ativistas que podia ser contado com os dedos da mão, começamos a planejar a campanha pelo casamento igualitário, tomando chimarrão na casa da María Rachid, muitos disseram que estávamos loucos. Que era impossível, que jamais conseguiríamos, que era uma perda de tempo, que era melhor defender a «união civil». Alguns disseram, também, com malícia, que sabíamos que não íamos conseguir (*beijo no ombro*, como canta Valesca Popozuda), mas que éramos oportunistas querendo sair no jornal. Outros nos criticaram porque o casamento «é uma instituição burguesa e patriarcal» e queríamos «nos normalizar» – imaginem essa mesma crítica feita aos casais «inter-raciais» que, nos EUA de meados do século passado, lutaram pelo seu direito de se casar, e verão como ela é estúpida. Mas também houve alguns poucos que diziam que o movimento LGBT deveria se preocupar com questões mais urgentes, como o direito à identidade de gênero das pessoas trans. Essa crítica de fato valia a pena, era honesta e merecia ser considerada, porque embora a Federação tenha impulsionado desde o primeiro dia ambas as leis (casamento e identidade de gênero), houve uma decisão política de dar a batalha do casamento primeiro.

Essa decisão não obedecia a nenhum tipo de hierarquização interna ao movimento, nem à ideia de que o casamento fosse mais importante do que a Lei de Identidade de Gênero, mas sim à convicção, discutida com o segmento T da Federação, de que era estrategicamente mais conveniente dar, primeiro, a batalha na qual podíamos produzir essa mudança cultural – porque, por diversas razões, que têm relação com a posição diferenciada que homos e trans ocupam no mapa das opressões e da alteridade na sociedade contemporânea, era mais fácil gerar empatia, conseguir que muitos heterossexuais se identificassem com a nossa demanda, atrair a atenção da mídia, envolver mais setores sociais e políticos, mobilizar mais gente, etc. – e isso facilitaria, depois, a tarefa de conquistar o restante das leis com menor dificuldade. Na Espanha tinha sido assim e aprendemos a lição.

A experiência mostrou que foi um acerto. A imagem da presidenta Fernández de Kirchner entregando a um grupo de travestis e transexuais seus novos documentos de identidade na Casa Rosada e pedindo perdão em nome do Estado por rede nacional era inimaginável

A imagem da presidenta Fernández de Kirchner entregando a um grupo de travestis e transexuais seus novos documentos de identidade e pedindo perdão em nome do Estado por rede nacional era inimaginável poucos anos atrás ■

poucos anos atrás. Vale reconhecer que grande parte do mérito é, sem dúvida, da própria presidenta, que fez mais do que aquilo que era *estritamente* necessário, porque entendeu a transcendência simbólica, política e histórica desse ato, mas se chegamos até aí e se pudemos convencê-la de tudo isso foi porque antes tínhamos vencido a batalha cultural do casamento igualitário, que era muito mais do que uma discussão sobre se casar.

A Argentina tem hoje a lei de identidade de gênero mais avançada do mundo, e o movimento trans de diferentes países a toma como base para redigir projetos em outras línguas. E essa lei, que há poucos anos não teria sido sequer considerada numa reunião de bancada de um partido de centro-esquerda, foi aprovada por unanimidade no Senado, a mais conservadora das instituições da República. Negre de Alonso, senadora do Opus Dei e expoente da direita mais cavernícola, após ter chorado na sessão na qual foi aprovado o casamento igualitário, preferiu faltar ao debate da Lei de Identidade de Gênero para não ser a única a votar contra. E muitos daqueles que, como ela, não estavam de acordo no fundo do seu coração, engoliram em seco e votaram «sim», porque não tinham escolha, porque não queriam perder votos. Porque agora votar contra espantava votos.

A Argentina avançou em poucos anos o que normalmente leva décadas e até o ex-arcebispo Bergoglio, que agora é papa e se chama Francisco, prefere esquecer de quando, há apenas quatro anos, chamava publicamente à «guerra santa» contra o casamento homossexual e dizia que era um plano do Demônio para destruir a criação de Deus. Os malabarismos retóricos que o papa argentino faz para – sem mudar nada concreto nem mexer uma vírgula no perverso catecismo homofóbico da Igreja católica ou em sua repulsiva doutrina sobre o matrimônio e a família – dar a entender que agora são mais bonzinhos e não nos odeiam tanto – quem diria – mostram a magnitude da derrota que sofreu às 4h 20 da manhã daquele 15 de julho de 2010, quando o placar de votação do Senado provou que não estávamos loucos, que não era impossível, que tínhamos conseguido, e a praça repleta, não ligando para o frio que fazia, cantou: «*Y ya lo ve / y ya lo ve / para Bergoglio que lo mira por tv*» (E já se vê / e já se vê / é para Bergoglio que assiste pela tv).

«Façam o que quiserem, mas não se metam com o casamento», disse um padre a María Rachid no início da década passada, num programa de televisão. «Casamento» era uma palavra que ainda quase ninguém pronunciava entre nós. E para ela, como para muitos outros, *caiu a ficha*.

Hannah Arendt tinha razão. ☒